

César Maia confirma estudo de novo pacote

Sandro Silveira



O deputado federal César Maia (PMDB/RJ) (foto) confirmou, ontem, que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, confidenciou a uma das mais importantes autoridades financeiras internacionais "que o Governo brasileiro prepara uma correção de conjuntura". Marcílio fez a afirmação há oito dias, em Washington, e César Maia soube do estudo do pacote econômico recentemente, em conversa com a mesma autoridade que recebeu a informação do ministro.

Marcílio revelou que um novo plano estava sendo estudado, quando ouviu desse importante membro da comunidade financeira internacional que seria muito difícil obter empréstimos externos diante "do atraso em que encontra-se o processo brasileiro de estabilização econômica, até mesmo em relação à Argentina", contou César Maia.

Além disso, esse membro de um organismo internacional de crédito, disse a Marcílio, oito dias atrás, que os dados de que dispunha sobre o Brasil indicavam o agravamento da situação econômica em curto prazo. Entretanto, após ouvir do ministro que uma correção de conjuntura seria implementada, comentou que o fato poderia gerar uma "expectativa positiva".

Internacional — O "vazamento" do estudo do novo pacote econômico, através de um membro da comunidade econômica internacional, não é algo surpreendente. Desde que assumiu o Ministério da Economia, Marcílio Marques Moreira iniciou rápida aproximação junto às entidades financeiras internacionais.

Essa aproximação baseia-se na convicção de que, sem a entrada de maior volume de capital externo no País, será muito difícil recuperar o crescimento econômico e manter desembolsos relativos aos pagamentos da dívida externa. Por isso, o Governo entende ser fundamental reverter expectativas internacionais contrárias à situação econômica nacional.

Objetivos — O deputado César Maia acredita que nas próximas semanas o Governo deverá iniciar a adoção de uma série de medidas para corrigir o rumo inflacionário da economia brasilei-

ra. "É inevitável que o Ministério da Economia tome decisões visando atingir quatro objetivos: garantir que o déficit público será revertido; definir política salarial com mecanismo de prefixação, sem indexação; dar maior velocidade ao processo de privatização; e garantir que a autoridade monetária terá pleno controle sobre a emissão de moeda.

A divulgação antecipada, pelo CORREIO BRAZILIENSE, de parte do pacote econômico que vem sendo preparado pela equipe do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, perturbou a elaboração do novo plano. A informação é de fonte credenciada da área econômica, segundo o qual, a própria divulgação das novas medidas deve ter seu prazo alterado.

Conforme César Maia, a inflação "deste mês chega a dez por cento e mantém uma taxa de aceleração de 20 por cento, alcançando 12 por cento em julho e 15 por cento em agosto, com conjuntura explosiva em setembro, devendo, principalmente, à liberação

de Cr\$ 650 bilhões mensais, até estarem liberados todos os Cr\$ 7,8 trilhões retidos no Banco Central pelo Plano Collor I, em março do ano passado. Essa conjuntura torna inevitável novas medidas corretivas", avalia o deputado.

Para César Maia, a dolarização da economia brasileira é inviável, "porque o que o País tem em dólar, em relação à base monetária, deixa uma margem de manobra muito estreita". Estudos de vários economistas indicam que o Brasil tenha reservas internacionais que representem apenas 13 por cento do dinheiro em circulação, enquanto essa proporção chega a 40 por cento na Argentina.

Confisco — Um dos motivos pelos quais o déficit público brasileiro não aparece envolto o "confisco" dos cruzados. Isso porque a retenção realizada em março de 1990 apenas retardou problemas envolvendo a recolocação desse dinheiro no mercado. Esse problema, portanto, volta a incomodar em setembro.

Ocultamento — Maia argumenta que "os cruzados retidos têm lastro em títulos públicos. Quando ocorrer a liberação, o Governo vai procurar trocar dívida fiscal por monetária, porque ela vai estar na conta do Banco Central e não na do Tesouro Nacional, ou seja, haverá ocultamento da dívida fiscal".